Políticas habitacionais e a implementação do programa minha casa minha vida no Brasil: análise bibliométrica da produção acadêmica sobre o período de 2011 a 2015

Mesmo que a pesquisa possa esbarrar em resultados não planejados, a mesma deve ser socializada de modo que contribua com a construção e geração de conhecimento. De acordo com Luna (2002), espera-se que a pesquisa tenha início com um problema cuja a resposta não se encontre de imediato na literatura. Contudo, para que o pesquisador não caia em um reducionismo, se faz necessário conhecer e sobretudo, compreender o que já foi construído de conhecimento no campo a ser explorado, e assim evitar repisar no que muitos já disseram, e também contribuir para a construção de uma base teórica que possa legitimar e orientar a pesquisa. Neste sentido, Marconi e Lakatos (2006) retratam que o levantamento de toda bibliografia já publicada, permite ao pesquisador a construção de meios para exploração de novas áreas. Partindo deste pressuposto, esse trabalho objetiva-se em atingir o estado da arte sobre o tema proposto, por meio de um levantamento e análise bibliométrica dos principais periódicos nacionais e internacionais de Administração além de dois eventos importantes, e por fim contribuir para elaboração e legitimação de investigações futuras.

Palavras-chave: Programa minha casa minha vida; Políticas habitacionais; Implementação de políticas públicas; Gestão urbana.

Housing policies and the implementation of the Brazilian program “Minha casa, minha vida”: bibliometric analysis of academic production from the year 2011 through 2015

An academic trial must be shared with the academic community, even if it results in unexpected conclusions, so that it can contribute to the construction and generation of knowledge. According to Luna (2002), it is expected that the research starts with a problem, whose answer cannot be immediately found in the available literature. However, in order to avoid reductionism, it is necessary to know and understand the knowledge already constructed on the field to be explored. This way, the researcher avoids to re-say what has already been said, being able to contribute to the construction of a solid basis that can legitimate and guide the research. In accordance with this, Marconi and Lakatos (2006) point out the fact that, by searching into all the literature already published, the researcher finds ways to explore new fields. Based upon this fact, the present study aims at reaching the state of art on the subject proposed - housing policies and the implementation of the Brazilian program “Minha casa, minha vida”. It was carried out by means bibliometric analysis of the main national and international periodicals on Administration, besides two important events, in order to contribute to the elaboration and legitimization of further investigations.

Keywords: Brazilian program “Minha Casa Minha Vida”; Housing policies; Implementation of public policies; Urban management.

Topic: **Gestão Pública**

Received: **23/09/2017**

Approved: **23/03/2017**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Fabio Marques da Silva
Universidade Estadual de Maringá, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3280273538841123>
fabiomarques500@gmail.com

DOI: 10.6008/SPC2179-684X.2017.001.0019

Referencing this:

SILVA, M. F.. Políticas habitacionais e a implementação do programa minha casa minha vida no Brasil: análise bibliométrica da produção acadêmica sobre o período de 2011 a 2015. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.8, n.1, p.255-269, 2017. DOI: <http://doi.org/10.6008/SPC2179-684X.2017.001.0019>

INTRODUÇÃO

Os desafios observados na implementação de políticas públicas como um mecanismo para a construção de uma equidade social têm fomentado uma série de estudos tanto na esfera nacional como internacional, sobretudo, na área habitação de interesse social. Nesse sentido, o acesso a uma moradia que proporcione dignidade é um sonho de milhares de pessoas, e um direito previsto na Constituição brasileira, que reconhece esse direito como social.

Desse modo, assim como a educação, a saúde e a justiça, a moradia é fundamental para nossas vidas, pois angariar os demais direitos sem ter acesso a uma moradia, seria inconveniente e um tanto contraditório do ponto de vista social. Para BRASIL (2010), o déficit habitacional no Brasil se constitui algo em torno de 7.223 milhões de pessoas, e analisando por esse prisma é possível perceber que o direito a uma moradia, merece uma atenção especial face às políticas públicas elaboradas e implementadas pelo Estado.

No entanto, ainda que se estabeleça de modo precário, temos no Brasil uma rede de profissionais que atua para atender certos direitos da população, sobretudo, a de baixa renda, como no caso dos profissionais da saúde, atuando junto ao SUS, os da justiça, e os profissionais da educação, mestre e professores que dão suporte para a população que não acessa estes serviços junto à iniciativa privada. Contudo, quando o direito passa a ser a moradia, não existe uma rede de engenheiros, arquitetos e urbanistas, bem como outros profissionais no sistema público para dar assistência técnica para regularização fundiária ou a construção de moradias para a população (CUNHA, 2007).

Após o levantamento dos principais periódicos nacionais e internacionais da área de Administração, sobretudo, os destinados ao campo da Administração pública como: *Public Organization Review*, Revista de Administração Pública (RAP), Administração Pública e Sociedade, Cadernos EBAPE, Gestão & Produção, dentre outros, foi possível encontrar diversas pesquisas, que angariavam por uma compreensão das atuais políticas habitacionais.

Nos periódicos nacionais, vários autores destinaram-se diretamente a compreender o Programa 'Minha Casa, Minha Vida', tais como: (LOREIRO et al., 2015; SILVA et al., 2013; SANTOS et al., 2014; FRANÇA, 2015; SOARES et al., 2013; MOURA, 2014; ALBERNAZ et al., 2015; RAMOS et al., 2015), com relação a políticas habitacionais (BLOEMER et al., 2012; MARQUES et al., 2015; LUCCA et al., 2015; TORLUCCIO et al., 2011; CARNEIRO et al., 2011; NETO et al., 2015) e implementação de políticas públicas (LIMA, 2014; BARREIRO et al., 2014; FONSECA, 2013).

De acordo com Farah (2013), as primeiras medidas governamentais no Brasil com foco em problemas locais, foram dirigidas a problemas urbanos ligados ao crescimento das cidades. Até os anos 30 do século XX, a ação governamental foi sobretudo uma ação indireta, por meio de legislação que tinha como foco a questão habitacional dos centros urbanos do país, os cortiços foram objetos das primeiras medidas estatais relativa à moradia (FARAH, 2013).

Já no ano de 1964, em consonância ao processo de industrialização em expansão, que impulsionou o êxodo rural no país, o Governo Federal, através da Lei 4380/64 cria o Sistema Financeiro de Habitação

(SFH), que tinha por objetivo captar recursos para financiar habitações por meio das cadernetas de poupanças e recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), através do Banco Nacional de Habitação (BNH). De acordo com Holz et al. (2008), com o objetivo de atender a demanda para o financiamento habitacional, SFH foi dividido em dois ramos: um direcionado às classes médias e altas e outro para a classe de baixa renda, entretanto em ambos os casos prevaleceu o autofinanciamento, sendo necessário, portanto, que o beneficiário comprovasse sua capacidade de pagamento.

Desse modo, Holz et al. (2008) ressalva que o modelo de financiamento estabelecido, não assegurou o direito à moradia para população de baixa renda, visto que não conseguiam comprovar sua capacidade de pagamento. Sendo assim os recursos captados para este fim, beneficiou somente quem detinha disponibilidade financeira, ou seja, as classes médias e altas da sociedade brasileira, mantendo deste modo o *status quo* do déficit habitacional dos trabalhadores mais pobres.

Passados algumas décadas, sobretudo pela ineficiência da política adotada pelo BNH, a construção de políticas públicas para acesso a moradia ainda fazem parte da agenda pública nacional. Foi criado em 2003 o Ministério das Cidades, que visou à consolidação das diferentes políticas que tratavam de desenvolvimento urbano em um único ministério. Com o Ministério e funcionamento, foi instituído um novo marco político-institucional para o setor habitacional no país.

A área de habitação de interesse social e o setor habitacional de mercado passaram a se articular com eixos importantes da política de desenvolvimento urbano no país. Por meio da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), o ministério das cidades passou a orientar todas as atividades de investimentos em habitação no país, e em março de 2009, o governo federal lança o maior política habitacional da nossa história, o Programa 'Minha Casa, Minha Vida' (PMCMV), cuja implementação passou mais de 6 anos, já observa-se algumas adversidades.

Face às considerações abordadas acerca do problema da gestão habitacional no Brasil, dando ênfase a importância de avançar nas pesquisas sobre o tema, esse levantamento bibliométrico fundamenta-se pela necessidade, de construir um arcabouço teórico e metodológico, que norteará a construção de pesquisas, cujo tema de investigação, está direcionado em compreender a implementação de uma política habitacional construída em um contexto subnacional no caso do PMCMV no Brasil.

REVISÃO TEÓRICA

Argumenta-se que um dos papéis fundamentais da produção de conhecimento na área de Administração, assim como em todas as demais áreas do conhecimento, é servir de referência para estudiosos e praticantes. Para Alves (1985), uma teoria científica sempre tem a pretensão de oferecer uma receita universalmente válida, que tem a ver com a exigência de uma ordem. Neste contexto, as universidades estabelecem um protagonismo com relação a construção de conhecimento, pois acredita-se que a formação de profissionais e pesquisadores corrobora para a construção do saber. No entanto, entendemos que a implementação do PMCMV, objeto deste levantamento bibliométrico, foi compreendido

como sendo uma política pública, para tanto destinamos um espaço para essa discussão teórica, com objetivo de corroborar com a análise dos resultados atingidos.

No campo das políticas públicas enquanto uma teoria científica, Souza (2006) retrata que sua definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006). No entanto Souza (2006) retrata que não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública, contudo, de forma a corroborar com a construção de um entendimento, Mead (1995, citado por SOUZA, 2006), define a política pública como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, Lynn (1980, citado por SOUZA, 2006), para quem compreende a política pública, como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.

Na concepção de Peter (1986, citado por SOUZA, 2006), política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Já na posição sintetizada de Dye (1984, citado por SOUZA, 2006) a definição de política pública constitui-se como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Por outra perspectiva, entretanto correlata, Saravia (2006), constrói um conceito sobre política pública, como sendo um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade, onde é possível considerá-las como estratégicas, cuja finalidade se estabelece como elemento norteador para consolidação de uma justiça social.

Secchi (2010) enfatiza que qualquer definição sobre políticas públicas pode ser arbitrária, segundo o autor, na literatura especializada não há um consenso quanto à definição do que seja uma política pública, sobretudo, pela disparidade das respostas quanto aos seus principais questionamentos, e pela dicotomia existente em sua conceitualização. Estas disparidades podem ser exemplificadas, entre as concepções dos teóricos que defendem uma abordagem estadista, a qual consideram as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais e dos autores que defendem uma abordagem multicêntrica, que contrariamente, considera organizações privadas e não governamentais, organizamos multilaterais, rede de políticas públicas, juntamente com os autores estatais, pois estes autores atribuem o adjetivo ‘pública’ a uma política, quando o problema a ser enfrentado é público (SECCHI, 2010).

Apesar da existência destas disparidades sobre uma definição concreta sobre políticas públicas, o delineamento que adotaremos para este trabalho se constitui em um campo, onde estaremos olhando para as políticas públicas como ação do Estado, e os arranjos políticos-institucionais que se estabelecem nessa arena, sobretudo, no estágio de sua implementação que se consolidará o campo-tema da pesquisa. Nesta perspectiva pode-se compreender a política pública em consonância com Souza (2006), como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

Contudo, para que possamos aprofundar nosso entendimento teórico-conceitual, acerca das políticas públicas, se faz necessário analisarmos os seus modelos de formulação, identificando assim sua tipologia e suas análises. Para Secchi (2010), Frey (2000) e Souza (2006), o tipo da política pública formulada

precursoramente por Theodor Lowi desenvolveu a mais significativa tipologia sobre política pública, elaborada através de uma máxima, ou seja: a política pública faz a política. Ela parte do pressuposto, de que as reações e expectativas das pessoas afetadas por medidas políticas, apresente um efeito antecipativo para o processo político de implementação (FREY, 2000).

Com essa máxima, Secchi (2010), Frey (2000) e Souza (2006) concordam que Theodor Lowi quis dizer que cada tipo de política pública vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição e que disputas em torno de sua decisão passam por arenas diferenciadas. Para Secchi (2010), Frey (2000) e Souza (2006), a política pública pode assumir quatro formatos: Políticas distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas.

No que tange ao processo de implementação de políticas públicas, na qual iremos direcionar o foco do trabalho, Hill (2004), aborda que o aparecimento de estudos relacionados ao tema, representou um grande avanço para o campo de estudos em política, o qual passou a demonstrar certas limitações a esse respeito, uma vez que, a descoberta de um novo paradigma, ao mesmo tempo em que provoca mudanças e avanços consideráveis num determinado ramo científico, também acompanha algumas dificuldades associadas às próprias novidades que apresenta, dessa forma, a adaptação a esse novo contexto se faz necessária.

No que diz respeito às políticas públicas e ao seu processo de implementação, a visualização de estágios ou etapas que norteiam as fases de formulação e implementação, podem ser caracterizadas como as novas ideias e novas limitações que se fizeram presentes em meio ao desenvolvimento do campo das políticas públicas. A implementação de políticas públicas está relacionada com a ação dos indivíduos e a execução de tais políticas que anteriormente passaram pelo processo de formulação. Nota-se então, a importância de demarcar o processo anterior pelo qual passaram as políticas públicas, nesse caso a formulação, que é responsável pela criação de soluções sociais. Após esse processo, a implementação e a execução são marcadas pela aplicação e funcionalidade de políticas públicas na sociedade.

As fases pelas quais as políticas públicas são modeladas, isto é, a formulação, a implementação e a execução, conforme citam Hill (2006) e Subirats (2006), podem passar por um contexto burocrático, o qual pode delimitar as ações tanto por parte dos legisladores quanto por parte do povo. Segundo Hill (2006), o processo de implementação pode ser segregado em duas vertentes, “de cima para baixo” e “de baixo para cima”. A primeira apresenta uma distinção clara entre a formulação e a implementação e consiste num sistema mais burocrático, menos participativo e centralizado. A segunda pode ser caracterizada como uma alternativa menos burocrática e mais participativa. Portanto, a partir dessas contribuições, verifica-se o papel da burocracia no processo de implementação de políticas públicas.

METODOLOGIA

Este trabalho, caracteriza-se como uma pesquisa cujo o tipo de abordagem pode ser considerada de natureza descritiva, pois visa descrever as características dos autores e publicações em periódicos e anais de congressos de Administração nacionais e internacionais sobre implementação de políticas públicas na área

habitacional, neste caso específico, sobre o Programa ‘Minha Casa, Minha Vida. Marconi et al. (1996) assevera que “as pesquisas descritivas visam à descrição das características de determinada população ou fenômeno, e têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”, Vergara (2008) destaca que a pesquisa descritiva não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, no entanto, serve de base para tal explicação.

A definição do universo da pesquisa englobou os principais periódicos nacionais e internacionais de Administração e um evento específico. Para os periódicos foi respeitado segundo o documento *qualis* vigente, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), classificados sobre os conceitos A2, B1 e B2. Para tanto, realizou-se um corte transversal de 5 anos (2011 à 2015), pois espera-se que este período seja suficiente para conseguirmos obter contribuições significativas sobre o tema proposto, e alcançar para seu estado da arte.

Na tabela 1, observa-se a relação dos periódicos nacionais e internacionais a qual a pesquisa foi realizada, estando organizado em sequência e por ordem alfabética, seguidos de suas respectivas classificações, iniciando pelos periódicos A2, B1 e B2. No total, foram analisadas 22 revistas nacionais e 8 internacionais.

Tabela 1: Periódicos utilizados na pesquisa bibliográfica.

ISSN	Título do Periódico	Classificação	Circulação
0092-5853	American Journal of Political Science	A2	Internacional
0007-1234	British Journal of Political Science	A2	Internacional
1679-3951	Cadernos EBAPE.BR	A2	Nacional
0010-4140	Comparative Political Studies	A2	Internacional
1472-0701	Corporate Governance (Bradford)	A2	Internacional
1742-2043	Critical Perspectives on International Business	A2	Internacional
0740-624X	Government Information Quarterly	A2	Internacional
1413-585X	Organizações & Sociedade	A2	Nacional
1566-7170	RAC. Revista de Administração Contemporânea	A2	Nacional
0034-7590	RAE. Revista de Administração de Empresas	A2	Nacional
1983-7488	RAUSP-e	A2	Nacional
1806-4892	Revista Brasileira de Gestão de Negócios	A2	Nacional
0080-2107	Revista de Administração (FEA-USP)	A2	Nacional
0034-7612	RAP. Revista de Administração Pública	A2	Nacional
1807-734X	BBR. Brazilian Business Review	B1	Nacional
1450-2275	European Journal Of Economics, Finance and Administrative Sciences	B1	Internacional
1806-9649	Gestão & Produção	B1	Nacional
0101-3300	Novos Estudos CEBRAP	B1	Nacional
0271-2075	Public Administration and Development	B1	Internacional
1518-6776	RAM. Revista de Administração Mackenzie	B1	Nacional
1413-2311	REAd. Revista Eletrônica de Administração	B1	Nacional
1679-7361	Acta Scientiarum. Human and Social Sciences	B2	Nacional
2175-5787	Administração Pública e Gestão Social	B2	Nacional
1984-8196	Base	B2	Nacional
2237-6453	Desenvolvimento em Questão	B2	Nacional
1517-8900	Faces: Revista de Administração	B2	Nacional
1808-5792	Gestão & Regionalidade	B2	Nacional
1809-239X	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	B2	Nacional
2175-3369	Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana	B2	Nacional
Evento	Edição		
Enanpad	2011 a 2015		
Urban Affairs	2011 a 2015		

O instrumento utilizado para coleta e análise dos artigos publicados de acordo com a tabela 01, se deu por meio da utilização de palavras-chave, que dialogam com o tema proposto, observando uma abordagem empírica e teórica. A operacionalização da pesquisa, foi realizada através do acesso ao endereço eletrônico dos periódicos, que ocorreu entre os meses de dezembro de 2015 a janeiro de 2016.

Tabela 2: Palavras-chave utilizadas na pesquisa.

Abordagem	Palavras-Chave
Empírico	“Programa Minha Casa Minha Vida”; “ <i>Program My House My Life</i> ”
Teórico	“Implementação de Políticas Públicas”; “Gestão Urbana”; “Política Habitacional”; “Direito à Cidade” “ <i>Public Policy Implementation</i> ”; “ <i>Urban Management</i> ”; “ <i>Housing Policy</i> ”; “ <i>Rigth to the City</i> ”

A pesquisa inicial realizada por meio das palavras-chave que deram origem a este trabalho, resultou em sua totalidade 164 artigos, distribuídos em 102 publicações em periódicos nacionais e 62 internacionais. Primeiramente, foi estruturado um roteiro em banco de dados em planilha MS Excel com todos os dados brutos encontrados, tendo como base o ano, o veículo de publicação, classificação, vinculação acadêmica dos autores, e a quantidade de autores que participaram da construção do trabalho.

Após estruturação do referido roteiro procurou-se construir um crivo sobre o possível diálogo com o tema proposto. Primeiramente foi identificado o título de cada periódico encontrado, a leitura do resumo na íntegra de alguns trabalhos e por fim se fez necessário avançar na leitura do periódico com o intuito de averiguar a compatibilidade com o tema proposto, tendo em vista que a busca da palavras-chave ‘Implementação de Políticas Públicas’ resultou em artigos retratando as mais diversas áreas como saúde, educação, laser, etc., sem necessariamente retratar o conceito de implementação de políticas públicas.

Deste modo, os artigos que continham as palavras-chave selecionadas, mas que os conteúdos não dialogavam com os interesses da pesquisa, foram descartados da análise. Sendo assim, foram aproveitados para a construção deste trabalho 31 artigos conforme metodologia descrita, sendo 22 artigos encontrados em revistas, das quais 20 eram nacionais e 5 internacionais e 6 artigos selecionados do Encontro da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD), e 3 artigos selecionados do evento *Urban Affaris*. A seleção dos artigos, bem como a organização das fontes da coleta das informações que foram utilizadas, para determinar o conteúdo que deveria ser abstraído dos artigos, podem ser observadas de acordo com o detalhamento na tabela 3.

Tabela 03: Organização das fontes da coleta das informações.

Informação Selecionada	Definição	Categorias
Periódico/Evento	Nome do periódico ou evento em que o trabalho foi publicado/e ou apresentado	Periódicos e evento selecionado descritos na tabela 01
Ano de Publicação	Ano em que o trabalho foi publicado/ e ou apresentado em evento.	O Período de pesquisa das publicações foi entre os anos de 2011 à 2015
Título	Título conforme consta nos artigos	-
Quantidade de Autores	Quantidade de autores que participaram na elaboração dos artigos	Número
Autores	Nome dos autores que participaram na elaboração dos artigos	-
Filiação Acadêmica	Nome das instituições acadêmicas onde os autores estão vinculados	-
Tema	Tema e objetivo do artigo	-
Problemática	Problemática averiguada na literatura que subsidia a construção dos artigos	-
Enquadramento	Tipo de pesquisa realizada	Ensaio teórico; Estudo teórico-empírico
Tipo de Pesquisa	Tipo de pesquisa construída de acordo com a orientação metodológica	Qualitativo, Quantitativo e Qualitativo/Quantitativo (Mistos)

De forma complementar, das informações obtidas foram destacadas as citações de maior relevância em todos os artigos selecionados, de modo a contribuir para uma construção de um quadro de citações que sirva de base para pesquisas futuras. No entanto, o procedimento utilizado para distinguir a importância das

citações selecionadas, verificou-se a ligação direta com o tema proposto para a pesquisa. Para as citações selecionadas, foram classificadas sobre os seguintes aspectos: quantidade de trabalhos que realizaram a citação, autor, periódico, título e contexto na qual as mesmas foram citadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização da seleção dos artigos encontrados nas bases de dados consultadas para este estudo, a análise foi construída conforme os procedimentos metodológicos ora definidos. Ao término da seleção, restaram 31 artigos para análise, sendo 21 nacionais e 5 internacionais e 5 do EnAPAD. Essa seção está pautada em demonstrar as demais tabelas e análises das informações coletadas dos artigos selecionados conforme tabela 4.

Tabela 04: Artigos selecionados.

Título do Artigo	Revista/ Evento	Ano	Autor(s)
Dimensões críticas das políticas públicas	Cadernos EBAPE.BR (FGV)	2013	Francisco Fonseca
O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Direito à Moradia – a experiência dos Sem Teto em Salvador	Organizações & Sociedade	2014	Maria Elisabete Pereira dos Santos, Roseli de Fátima Afonso, Suely Ribeiro e Renata Rossi
Avaliação da Capacidade de Gestão Democrática em Municípios Baianos	Organizações & Sociedade	2012	Elizabeth Matos Ribeiro, Oscar Chassagnes Izquierdo e Reginaldo Souza Santos
O desafio da participação popular na construção e implementação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social do estado da Bahia	RAP	2014	Adriana Nogueira Vieira Lima
Legitimidade e efetividade em arranjos institucionais de políticas públicas: o Programa Minha Casa Minha Vida	RAP	2015	Maria Rita Loureira, Vinícius Macário e Pedro Henrique Guerra
Dinâmica dos financiamentos habitacionais nos municípios do Rio Grande do Sul de 2006 a 2010: uma avaliação do Programa “Minha Casa, Minha Vida”	RAP	2014	Cátia Fernanda da Silva, Tiago Wicktrom Alves
Predominância ou coexistência? Modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação	RAP	2013	Alexandre Matos Drumond, Suely de Fátima Ramos Silveira, Edson Arlindo Silva
Análise de políticas públicas: entre a modelagem e a realidade da política habitacional brasileira	RAP	2015	Paulo Nascimento Neto, Tomás Antonio Moreira, Carlos Hardt e Zulma Schussel
Inserindo a Judicialização no ciclo de políticas públicas	RAP	2014	Guilherme Scodeler de Souza Barreiro e Renata Pedretti Moraes Furtado
Policy Implementation in Urban Bangladesh: Role of Intra-organizational Coordination	Public Organization Review	2011	Pranab Kumar Panday
Por Unidades Habitacionais ou pela Moradia Urbana? Avaliação de empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade do Rio de Janeiro	Gestão & Produção	2011	Maria Paula Gonçalves, Lisandro de Albernaz, Luciana da Silva Andrade
Housing Affordability and Methodological Principles: An Application	International Research Journal of Finance and Economics	2011	Giuseppe Torluccio e Alena Dourakh
Crescimento Econômico e Crescimento Urbano: Por que nossas cidades continuam tão precárias?	Novos Estudos CEBRAP	2011	Raquel Rolnik
Políticas de Habitação Social e Instituições Participativas a partir de municípios da RMBH	Administração Pública e Gestão Social	2011	Ricardo Carneiro, Flávia de Paula Duque Brasil, Mariana Eugenio Almeida, Thiago Pinto Barbosa
O Crédito Imobiliário no Brasil e sua Relação com a Política Monetária	Revista Brasileira de Finanças	2013	Mario Jorge Cardoso de Mendança
Programas habitacionais: indicadores de avaliação	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	2013	Neusa Maria Sens Bloemer, Soíara Suziney Xavier
Elementos importantes na avaliação dos planos locais de habitação de interesse social	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	2012	Clarete Trzcinski, Liane Werner
Interesses especulativos, atuação do Estado e direito à cidade: o caso do programa “Minha Casa Minha Vida” em Uberaba (MG)	Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana	2013	Isabelle Oliveira Soares, Aline Barbosa de Carvalho, Geraldo Browne Filho, Neide Maria de Almeida
Os gargalos para a provisão habitacional em municípios de pequeno porte: análise do programa Minha Casa, Minha Vida	Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana	2015	Karla Christina Batista de França
O Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização	Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana	2014	Jéssica Moraes de Moura

As mudanças habitacionais em regiões Metropolitanas brasileiras	Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana	2015	César Marques, Henrique Frey
O processo de renovação das áreas centrais na cidade contemporânea: O caso do conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça do Congresso, em Criciúma (SC)	Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana	2015	Gustavo Rogério de Iucca, Margareth de Castro Afeche Pimenta
A construção de Políticas Públicas em Habitação e o Enfrentamento do Déficit habitacional do Brasil: Um análise do Programa Minha Casa Minha Vida	Desenvolvimento em questão	2015	Jefferson da Silva Ramos, Angye Cássia Noia
The right to the city" in Athens during a crisis era	Urban Affairs		Vaso Makrygianni and Charalampos Tsavdaroglou
The right to the city' revisited: Assessing urban rights – The case of Arab Cities in Israel	Urban Affairs	2014	Yosef Jabareen
We Built This City: Public Participation in Land Use Decisions in Singapore	Urban Affairs	2015	Jack Tsen-Ta Lee
A Avaliação de Processos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF	EnANPAD	2011	Frederico José Lustosa da Costa, Felipe Barbosa Zani, José Cezar Castanhar
A implementação da Política Nacional de Museus e a democratização de acesso: um estudo comparativo de três instrumentos governamentais	EnANPAD	2012	Leila Giandoni Ollaik, Janann Joslin Medeiros
Análise do Desempenho do Programa Lares Habitação Popular do Estado de Minas Gerais	EnANPAD	2012	Alexandre Matos Drumond, Suely de Fátima Ramos Silveira, Antônio Carlos Rodrigues, Mariana Luísa da Costa Lage
Limites e possibilidades de empoderamento a partir de políticas públicas: o caso dos artesãos da cidade de Lajes Pintadas – Rio Grande do Norte	EnANPAD	2013	Thaís Barbosa Ferreira, João Moraes Sobrinho, Diogo Henrique Helal
Fatores Determinantes para os Municípios Participarem da Política Nacional de Habitação	EnANPAD	2013	Alexandre Matos Drumond

Publicações por periódico e por ano

Diante das 30 revistas que inicialmente foram selecionadas para o levantamento das informações, apenas 13 apresentavam publicações cujos os conteúdos estavam diretamente relacionados com o tema da pesquisa, ou seja tratavam de assuntos ligados ao Programa Minha Casa Minha Vida, Implementação de políticas públicas, Política habitacional, gestão urbana e direito à cidade, na proporção de 10 revistas nacionais e 3 internacionais. Com relação ao eventos selecionados, (EnANPAD e *Urban Affairs*), ambos contemplaram assuntos direcionados ao tema de pesquisa. A organização das quantidades de publicações realizadas sobre o tema, nos periódicos e eventos encontrados no decorrer dos anos de 2011 à 2015, pode ser observada de acordo com as informações transcorridas na tabela 5.

Observa-se que a Revista de Administração Pública (RAP), apresenta a maior concentração de publicações sobre o tema no período proposto, com o percentual de 20% das publicações, seguido do da Revista Brasileira de Gestão Urbana que apresentou o percentual de 17% das publicações. Se faz importante destacar a participação dos eventos nas publicações sobre o tema, o EnANPAD, apresentou 5 publicações ou seja 17% do percentual, ainda que uma publicação foi retirada das bases de dados, visto que o artigo apresentado no evento no ano de 2013, foi publicado pela Revista de Administração Pública no ano de 2015, do mesmo modo destacamos o evento *Urban Affairs* com 3 publicações representando 10% do percentual.

Tabela 5: Artigos publicados por periódicos e eventos por ano

Período/Evento	Ano	2011	2012	2013	2014	2015	Total	% *
Cadernos EBAPE.BR				1			1	3%
Organizações & Sociedade			1		1		2	6%
RAP Revista de Administração Pública				1	3	2	6	20%
Public Organization Review	1						1	3%
Gestão & Produção	1						1	3%
International Research Journal of Finance and Economics	1						1	3%
Novos Estudos CEBRAP	1						1	3%

Administração Pública e Gestão Social	1					1	3%
Revista Brasileira de Finanças	1					1	3%
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional		1	1			2	3%
Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana			1	1	3	5	17%
Desenvolvimento em questão					1	1	3%
EnANPAD	1	2	2			5	17%
Urban Affairs				1	2	3	10%
Total	7	4	6	5	5	31	100%
% *	24%	13%	20%	16%	27%	100%	

Quando se observa a distribuição dos artigos por nacionalidade, os resultados indicam que a maioria dos trabalhos construídos sobre o tema parte no cenário nacional, visto que dos 31 artigos analisados, 26 são nacionais ou seja 86%, contra apenas 5 internacionais que representa 16% das publicações. Uma possível explicação sobre a concentração de trabalhos realizados no cenário nacional, se deve ao fato da pesquisa está direcionada a compreender uma política pública habitacional construída essencialmente no Brasil, no caso o Programa Minha Casa Minha vida. Esse fato, indica a importância de inserir a discussão em um contexto internacional.

Pesquisadores e instituições

Na tabela 6, é possível analisar a quantidade de autores nas publicações sobre o tema, sendo que os trabalhos selecionados possuíam a participação desde um autor por trabalho, chegando ao máximo de quatro autores. Quando ao gênero dos autores verificou-se um certa equidade com relação as participações nas publicações, sendo que dos sessenta e oito pesquisadores, trinta e seis pertenciam ao sexo masculino e trinta e três ao sexo feminino conforme dados apresentados na tabela 7.

Tabela 6: Quantidade de pesquisadores por artigo.

Número de autores	Quantidade de artigos	%
4 autores	4	12%
3 autores	8	26%
2 autores	9	29%
1 autores	10	33%
	31	100%

Tabela 7: Quantidade de pesquisadores por gênero.

Masculino	Feminino	Total
36 autores	32 autoras	68
52%	48%	100%

Das 23 instituições de pesquisa na qual os autores estavam vinculados, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) é a universidade com maior número de autores, totalizando dez dos sessenta e oito pesquisadores, seguido da Universidade Federal da Bahia com oito. Pode-se constatar por meio deste levantamento da filiação acadêmica dos autores que 32% dos trabalhos, ou seja dez dos trinta e um selecionados, foram desenvolvidos por pesquisadores vinculados por instituições distintas, isso indica que estes trabalhos possivelmente foram construídos por meio de cooperação interinstitucional. Com relação à filiação acadêmica dos sessenta e oito pesquisadores devidamente identificados nos artigos, os mesmo foram classificados de acordo com a tabela 08.

Tabela 08: Filiação Acadêmica dos pesquisadores.

Instituição de filiação	Número de pesquisadores
Fundação Getúlio Vargas	10

Universidade Federal da Bahia	8
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	5
Universidade Federal de Viçosa	5
PUC- PR	5
Universidade de Brasília	4
Universidade de São Paulo	3
Universidade Federal de Minas Gerais	3
Universidade Federal Fluminense	2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2
Escola Nacional de Ciências Estatísticas	2
Universidade do Vale do Itajaí	2
Universidade Federal de Santa Catarina	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
Unisinos	2
University Of Bologna	2
Universidade Federal de Lavras	2
Aristotle University of Thessaloniki	2
Faculty of Architecture and Town Planning, Technion	1
School of Law Singapore Management University	1
Universidade Federal de Feira de Santana	1
City University of hong kong	1
IPEA	1

Referências bibliográficas utilizadas

Um das informações levantadas por meio deste estudo bibliométrico, constitui-se em averiguar as referências bibliográficas mais utilizadas pelos autores dos artigos, com o intuito identificar quais são os autores cruciais para a construção de uma pesquisa que dialogue com o tema proposto, e que possa contribuir para o desenvolvimento de pesquisas futuras. Para tanto, foram selecionados onze autores que mais foram referenciados nos trabalhos; esses podem ser observados conforme os dados na tabela 9. Este levantamento, também atentou-se em selecionar dentre os autores mais referenciados, quais foram suas respectivas obras que mais apareceram nos artigos selecionados. As mesmas podem ser observadas na tabela 10.

Tabela 9: Autores mais referenciados.

Autor	Quantidade	Quantidade de trabalhos
ARRETCHÉ, Marta	12	4
KINGDON, John	9	5
SOUZA, Celina	9	3
MARICATO, Emlina	7	3
HALL, P.A.; TAYLOR	7	1
SECCHI, Leonardo	6	1
FARAH, Marta	5	1
ROLNIK, Raquel	5	2
HARVEY, David	5	2
LEFEBVRE, Henri	5	2
AZEVEDO, Sérgio	5	1
Total		

Tabela 10: trabalhos mais utilizados

Quantidade de Citações	Título do trabalho	Autores	Ano
7	Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional	ARRETCHÉ, Marta	1990
5	Como chegar a hora de uma odeia	KINGDON, John	1998
5	Políticas Públicas: uma revisão de literatura	SOUZA, Celina	2003
4	O impasse da política urbana no Brasil	MARICATO, Emlina	2009
7	As três versões do neo-institucionalismo	HALL, P.A.; TAYLOR	1999
4	Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos	SECCHI, Leonardo	2007
4	Administração Pública e Políticas públicas	FARAH, Marta	2009
4	Crescimento econômico e desenvolvimento urbano	ROLNIK, Raquel	2008
4	The right to the city	HARVEY, David	2003
4	A revolução urbana	LEFEBVRE, Henri	1999
3	Desafios da habitação popular no Brasil	AZEVEDO, Sérgio	2007

Procedimentos metodológicos

Os dados apresentados nessa sessão, refere-se aos procedimentos metodológicos utilizados nos trabalhos selecionados e analisados. Para inicializar a apresentação, a tabela 11 demonstra a orientação metodológica das pesquisas levantadas. Conforme apresentado na tabela 11, pode-se observar uma quantidade expressiva de trabalhos de natureza qualitativa.

Tabela 11: Tipo (natureza) da pesquisa.

Tipo	Quantidade	Percentual
Qualitativo	28	91%
Quantitativo	2	6%
Qualitativo/ Quantitativo (Mistos)	1	3%
Total	31	100%

Do total de trinta e um artigos, apenas 3% foram construídos por outras abordagens, isso indica que esses tipos de estudos pretendido encaixam a abordagem qualitativa. Isso pode ser fundamentado pelo fato dos estudos qualitativos serem utilizados para compreender as relações sociais eminentes na sociedade (TRIVIÑOS, 1987). Com relação ao enquadramento dos trabalhos publicados, foi possível observar uma predominância dos estudos teóricos-empíricos. Isso demonstra um alinhamento dos pesquisadores em legitimar suas preposições contribuindo para o exercício prático.

Tabela 12 - Estratégia de pesquisa.

Estratégia de pesquisa	Quantidade	Percentual
Estudo teórico-empírico	22	71%
Ensaio teórico	7	23%
Estudo de Caso	1	3%
Survey	1	3%
Total	31	100%

Com relação a coleta de dados há uma predominância por entrevistas, correspondendo 61% dos trabalhos, seguidos por questionários com 32% e apenas 7% por documentos. Pelo fato da grande maioria dos trabalhos serem construídos qualitativamente, isso justifica a opção dos pesquisadores em trabalhar com entrevistas e questionários.

Tabela 13: Forma de coleta de dados.

Tipo	Quantidade
Entrevistas	19
Questionários	10
Documentos	2
Total	31

De acordo com Fontana et al. (2005), o uso de entrevistas para adquirir informações é tão extensa, que hoje vivemos em uma sociedade de entrevistas. Dos dezenove trabalhos que utilizaram a entrevista como forma de coleta de dados, doze deles optaram em trabalhar com entrevistas estruturadas e os outros sete trabalhos com entrevistas semiestruturadas.

Com relação as pesquisas que utilizaram de questionários para coleta de dados, dos dez trabalhos, apenas quatro não tiveram contado direto com os respondentes, isso é, utilizaram e-mail ou telefone para realizar a aplicação, isso pode ser justificado pelo fato da predominância de trabalhos qualitativos. No que tange à análise dos dados coletados, os trabalhos apresentados foram utilizadas diferentes perspectivas de

análise, constituindo-se em: análise de conteúdo, análise de discurso, estatísticas descritivas e análise documental, conforme tabela 14.

Tabela 14: Tipos de análise dos dados.

Tipo	Quantidade
Análise de Conteúdo	18
Análise do Discurso	9
Estatísticas descritivas	2
Análise Documental	2
Total	31

De acordo com Bardin (1979) “(...) a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (...)”. Dallangnello et al. (2004) retrata que a utilização da análise de conteúdo na pesquisa em administração é uma tarefa interessante, e vem crescendo, sobretudo, pelos pesquisadores brasileiros. Isso pode explicar a predominância da utilização de análise de conteúdo nos trabalhos analisados. Para os trabalhos que optaram e utilizar a análise de discurso, todos utilizaram a abordagem francesa que utiliza a semântica de Michel Pêcheux.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou, por meio de um estudo bibliométrico, contribuir para a produção acadêmica afim de construção do estado da arte sobre o tema: implementação de políticas habitacionais no Brasil, sobretudo, direcionado ao Programa ‘Minha Casa, Minha Vida’. A partir de um recorte transversal de cinco anos compreendido entre 2011 a 2015, foram analisados 31 artigos publicados nos principais periódicos de Administração e Administração Público, tanto os nacionais quanto os internacionais. Para tanto foram selecionados os periódicos classificados entre A2, B1 e B2, conforme a classificação da CAPES Qualis 2014, além de 2 eventos no EnAPAD e o *Urban Affairs*.

A quantidade de artigos encontrados sobre o tema, sobretudo, no que diz respeito ao Programa ‘Minha Casa, Minha Vida’, demonstra a preocupação dos pesquisadores da área de Administração sobre o assunto. Observou-se uma predominância de trabalhos construídos no âmbito nacional, uma possível explicação sobre essa concentração de trabalhos realizados, se deve ao fato da pesquisa está direcionada a compreender uma política pública habitacional construída essencialmente no Brasil, no caso o Programa ‘Minha Casa, Minha Vida’, e essa fazer parte das palavras-chaves selecionadas. Contudo, esse fato, indica a importância de inserir a discussão em um contexto internacional.

Destaca-se a quantidade de trabalhos publicados na Revista de Administração Pública (RAP) com 20% do total de publicações sobre o tema, seguido da Revista Brasileira de Gestão Urbana com 17%. Outro dado importante que a pesquisa apresentou foi a filiação acadêmica dos pesquisadores, a maior concentração está vinculada a Fundação Getúlio Vargas com dez pesquisadores, seguido da Universidade Federal da Bahia que apresentou oito.

Destaca-se também a predominância de trabalhos empíricos, que indicam a necessidade de envolvimento do pesquisador para com o seu campo de pesquisa, para este trabalho específico, a

implementação de uma política pública habitacional no território brasileiro. Nesse contexto, a maior parte dos artigos utiliza métodos qualitativos, sendo que apenas três dos trinta e um trabalhos auferidos apresentavam uma abordagem quantitativa. Contudo, essa amostra sugere que para a construção de um trabalho sobre o tema proposto, e preferível optar por uma abordagem qualitativa.

REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, M. P. G. L.; ANDRADE, L. S.. Por unidade habitacionais ou pela moradia urbana? Avaliação dos empreendimentos do Programa 'Minha Casa, Minha Vida' na cidade do Rio de Janeiro. *InSitu*, São Paulo, v.1, n.2, p.55-67, 2015.
- ALVES, R.. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BARREIRO, G. S. S.; FURTADO, R. P. M.. Inserindo a judicialização no ciclo de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p.293-314, 2015.
- BLOEMER, N. M. S.; XAVIER, S. S.. Programas Habitacionais: Indicadores de avaliação. **Revista brasileira de Gestão e desenvolvimento regional**, Taubaté, v.9, n. 3, p.54-74, 2013.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Avanços e Desafios**: Política Nacional de Habitação. Brasília: MC, 2010.
- CARNEIRO, R.; BRASIL, F. P. D.; ALMEIDA, M. E.; BARBOSA, T. P.. Políticas de Habitação Social e Instituições Participativas de Municípios da RMBH. **Revista de Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v.3, n.4, p.210-231, 2011.
- CUNHA, E. M. P.; ARRUDA, A. M. V.. **Experiências em habitações de interesse social no Brasil**. Brasília: MC, 2007.
- DALLAGNELO, E. H. L.; SILVA, R. C.. Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisas na administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M.. **Pesquisa qualitativa em administração**: Teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.97-118.
- FARAH, M. F. S.. Administração Pública e Política Pública. **Revista de Administração Pública**, v.45, p.813-836, 2013.
- FONSECA, F.. Dimensões Críticas das políticas públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.1, p. 402-418, 2013.
- FONTANA, A.; FREY, J.. The interview: from neutral stance to political involvement. In: DEZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S.. **The Sage Handbook of Qualitative Research**: The Edition London. Londres: Sage, 2005. p.695-727.
- FRANÇA, K. C. B.. Os gargalos para a provisão habitacional em municípios de pequenos porte: análise do programa 'Minha Casa, Minha Vida'. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, p.325-339, 2015.
- FREY, K.. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referente à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.21, p.211-259, 2000.
- HILL, M.. Implementação: uma visão geral. IN: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E.. **Políticas Públicas**: Coletânea. Brasília: ENAP, 2006.
- HOLZ, S.; MONTEIRO, T. V. A.. Política de habitação social e o direito à moradia no Brasil. **COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA**, 10. **Anais**. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2008.
- LIMA, A. N. V.. O desafio da participação na construção e implementação da Política Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado da Bahia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p.1431-1450, 2014.
- LOUREIRO, M. R.; MACÁRIO, V.; GUERRA, P. H.. Legitimidade em arranjos institucionais de políticas públicas: o programa minha casa minha vida. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p.1531-1554, 2015.
- LUCCA, G. R.; PIMENTA, M. C. A.. O processo de renovação das áreas centrais na cidade contemporânea: O caso do conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça do Congresso, em Criciúma (SC). **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, p.268-280, 2015.
- LUNA, S. V.. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARQUES, C.; FREY, H.. As mudanças habitacionais em regiões metropolitanas brasileiras. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, p.250-267, 2015.
- MOURA, J. M.. O Programa 'Minha Casa, Minha Vida' na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v.6, n.3, p.339-359, 2014.
- NETO, P. N.; MOREIRA, T. A.; HARDT, C.. Análise de políticas públicas: entre a modelagem e a realidade da política habitacional brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p.847-868, 2015.
- RAMOS, J. S.; NOIA, A. C.. A Construção de Políticas Públicas em habitação e o enfrentamento do déficit habitacional no Brasil: uma análise do Programa 'Minha Casa, Minha Vida'. **Desenvolvimento em questão**, v.14, n.33, p.65-105, 2016.
- SANTOS, M. E. P.; AFONSO, R. F.; RIBEIRO, S.; ROSSI, R.. O Programa 'Minha Casa, Minha Vida' (PMCMV) e o Direito à

Moradia: a experiência dos sem-teto em Salvador. **Revista O&S**, v.1, p.713-734, 2014.

SARAVIA, E.. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E.. **Políticas Públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SECCHI, L.. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, C. F.; ALVEZ, T. W.. Dinâmica dos financiamentos habitacionais nos municípios do Rio Grande do Sul de 2006 a 2010: uma avaliação do Programa 'Minha casa, minha vida' **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p.27-54, 2014.

SOARES, I. O.; CARVALHO, A. W. B.; FILHO, G. B. R.; PINTO, N. M. A.. Interesse especulativos, atuação do Estado e direito à cidade: o caso do Programa 'Minha Casa, Minha Vida' em

Uberaba (MG). **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v.5, n.1, p.119-131, 2013.

SOUZA, C.. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n.16, p.20-45, 2006.

SUBIRATS, J.. El papel de La burocracia em El proceso de determinación e implementacion de lãs políticas públicas. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E.. **Políticas Públicas**: Coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

TORLUCCIO, G.; DORAKN, A.. Housing Affordability and Methodological Principles na Application. **International Research Journal of Finance na Economics**, p.64-77, 2011.

TRIVINÕS, A. N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.